

do Alfeite. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Dezembro de 2005. — O Director de Recursos Humanos, *Jaime B. Figueiredo*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Comissão de Apreciação e Controlo da Actividade dos Administradores da Insolvência

Aviso n.º 11 758/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso da competência que me foi delegada pela Comissão de Apreciação e Controlo da Actividade dos Administradores da Insolvência, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, de 7 de Julho de 2005, faço público que, relativamente às listas dos administradores da insolvência publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de Março de 2005, o administrador da insolvência abaixo designado tem também o domicílio profissional que a seguir se indica:

Inácio Ramos Peres, sócio da sociedade Inácio Peres & Paula Peres, Sociedade de Administradores de Insolvência, L.ª, Rua do Padre Américo, Edifício Marialva, 1.º, J, 3780-236 Anadia especialmente habilitado a praticar actos de gestão).

18 de Novembro de 2005. — O Presidente, *João Augusto de Moura Ribeiro Coelho*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Aviso n.º 11 759/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 70.º do Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro (Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local), faz-se público que, por despacho de 11 de Maio de 2005 do Ministro da Justiça, foi aplicada a pena de demissão ao guarda José Alberto Sousa Duarte, o qual foi notificado em 19 de Julho de 2005.

24 de Agosto de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho n.º 26 437/2005 (2.ª série). — Por despachos de 11 e de 23 de Novembro de 2005 do director nacional-adjunto, Dr. José de Almeida Rodrigues, da Polícia Judiciária, e da presidente do Instituto de Reinserção Social, respectivamente:

Marco Filipe da Silva Branco, assistente administrativo principal do quadro do Instituto de Reinserção Social, a exercer funções em regime de requisição na Polícia Judiciária — transferido como especialista auxiliar de escalão 1 para o quadro da mesma Polícia. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Dezembro de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domíngos António Simões Baptista*.

Gabinete de Política Legislativa e Planeamento

Despacho (extracto) n.º 26 438/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 30 de Novembro de 2005:

Licenciado João Pedro Arsénio de Oliveira — renovada, por novo período de dois anos, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 e no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 89/2001, de 23 de Março, a sua comissão de serviço para exercício das funções de consultor do Departamento de Política Legislativa e Planeamento do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Novembro de 2005. — A Directora, *Rita Brasil de Brito*.

Despacho (extracto) n.º 26 439/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 30 de Novembro de 2005:

Licenciada Susana Cristina Vaz Velho Larisma — renovada, por novo período de dois anos, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2

e no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 89/2001, de 23 de Março, a sua comissão de serviço para o exercício das funções de consultora do Departamento de Política Legislativa e Planeamento do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Novembro de 2005. — A Directora, *Rita Brasil de Brito*.

Despacho (extracto) n.º 26 440/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 6 de Dezembro de 2005:

Paulo Alexandre de Carvalho Duarte — nomeado, precedendo concurso, após confirmação de declaração de cabimento orçamental pela 5.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, técnico de informática de grau 2, nível 1, do quadro de pessoal do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Dezembro de 2005. — A Directora, *Rita Brasil de Brito*.

Serviços Sociais

Despacho (extracto) n.º 26 441/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho de direcção dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça de 29 de Novembro de 2005:

Sónia Sofia Pinho Cabaço Oliveira — nomeada definitivamente no quadro de pessoal dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça, após aprovação em estágio, na categoria de assistente de acção educativa, nível 1, da carreira de assistente de acção educativa, ficando posicionada no escalão 1, índice 199.

A presente nomeação produz efeitos a 14 de Outubro de 2005, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços de Recursos Humanos e Financeiros, *João Guedes*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

Despacho n.º 26 442/2005 (2.ª série). — No exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), de 5 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, e ao abrigo dos artigos 1.º, 10.º, 12.º, 13.º, n.º 1, 14.º, n.º 1, e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, e com os fundamentos constantes da informação n.º 291/DSJ, de 8 de Novembro de 2005, da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, declaro a utilidade pública e atribuo carácter urgente à expropriação das 16 parcelas de terreno identificadas com os n.ºs 1 a 16 nos mapas anexos ao presente despacho e que dele fazem parte integrante, necessárias à execução da obra de beneficiação do tratamento de águas residuais do sistema de saneamento da Costa do Estoril, a desenvolver no município de Cascais, a favor da sociedade SANEST — Saneamento da Costa do Estoril, S. A.

Autorizo ainda que, durante a execução dos trabalhos de construção, sejam ocupadas temporariamente as faixas marginais das parcelas de terreno abrangidas pela presente expropriação e da parcela de terreno identificada com o n.º 18 nos mapas publicados em anexo ao presente despacho, numa largura variável em função das necessidades decorrentes dos projectos aprovados, ao abrigo do disposto no artigo 18.º do Código das Expropriações.

Os encargos com a expropriação são da responsabilidade da sociedade SANEST — Saneamento da Costa do Estoril, S. A.

Fica revogado o despacho n.º 18 538/2005 (2.ª série), de 27 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 164, de 26 de Agosto de 2005.

30 de Novembro de 2005. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.